

Visibilizar as mulheres lésbicas: eliminar a violência e impulsionar lésbicas enquanto sujeitas políticas¹

A humanidade não é composta apenas de pessoas heterossexuais. Porém, é apenas para pessoas heterossexuais que muitas sociedades atuais concedem autorização para tornarem visíveis sua orientação sexual e a partir disso, existirem enquanto seres publicamente validados. Os discursos sociais sobre pessoas não-heterossexuais são estruturados a partir do pejorativo. No campo das leis, há ainda hoje muitos países onde ser homossexual é considerado crime². Inclusive no Brasil, até 1830, a punição jurídica para pessoas homossexuais era a pena de morte³. Apesar de durante a história várias religiões e culturas terem convivido com casais homossexuais e celebrado casamentos homossexuais⁴, em diversos períodos muitas religiões também consideraram o relacionar-se com alguém do mesmo sexo como um desvio de conduta. É ponto positivo

¹ Ensaio escrito por Daniela Alvares Beskow em agosto de 2020, durante o Mês da Visibilidade Lésbica no Brasil. Publicado em www.palavraemeia.com.

² De acordo com a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA) em dezembro de 2019, são 68 países – dentre os países membros das Nações Unidas – que criminalizam a homossexualidade: 32 estão na África, 9 na América Latina, 21 na Ásia e 6 na Oceania. Muitos países também contêm leis que restringem o direito à expressão sobre temas relacionados à homossexualidade. Destes, 15 estão na África, 1 na América Latina, 15 na Ásia e 3 na Europa. Em alguns países existe a pena de morte como punição à homossexualidade. Fonte: ILGA World, Lucas Ramon Mendos. “Homofobia apoiada pelo Estado. Atualização sobre o panorama da legislação global”. Genebra, dezembro de 2019.

https://ilga.org/downloads/ILGA_World_State_Sponsored_Homophobia_report_global_legislation_overview_update_December_2019.pdf

“Dos 72 países ao redor do mundo que criminalizam a homossexualidade, 32 estão na África, onde as punições variam de prisão à pena de morte (...) Mais da metade desses [países] são antigas colônias britânicas onde os administradores coloniais introduziram leis proibindo “atos não-naturais” (...) Ao redor de 93% das africanas e africanos subsaarianos são cristãos (63%) ou islâmicos (30%), tornando o continente um dos mais religiosos no mundo. Essas crenças influenciam muitas facetas da vida das pessoas, incluindo sua atitude em relação à comunidade LGBTQ+”. Fonte: Kate Hairsine “Por que a homossexualidade ainda é tabu em muitos países africanos?”. Deutsche Welle (DW), 04 de dezembro de 2019.

<https://www.dw.com/en/why-is-homosexuality-still-taboo-in-many-african-countries/a-51528737>

³ Silvano Andrade do Bonfim “Homossexualidade, direito e religião: da pena de morte à união estável. A criminalização da homofobia e seus reflexos na liberdade religiosa”. Revista Brasileira de Direito Constitucional –RBDC n.18 – jul./dez. 2011.

<http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-18/RBDC-18-071->

[Artigo_Silvano_Andrade_do_Bonfim_\(Homossexualidade_Direito_e_Religio_da_Pena_de_Morte_a_Uniao_Estavel\).pdf](http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-18/RBDC-18-071-Artigo_Silvano_Andrade_do_Bonfim_(Homossexualidade_Direito_e_Religio_da_Pena_de_Morte_a_Uniao_Estavel).pdf)

⁴ William N. Eskridge, Jr “A History of same-sex marriage”. 1993.

https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/1504/

que muitas religiões estejam revendo suas idéias sobre o tema nas últimas décadas⁵. Atualmente no Brasil há pensamentos diversos sobre o tema nas religiões católica, evangélica, espírita, afro-brasileira e judaica⁶. Ainda, é importante ponderar o quanto danoso pode ser na vida de lésbicas e gays a difusão de idéias lesbofóbicas e homofóbicas em espaços religiosos. A área da medicina também já foi marcada por discriminação, classificando por muito tempo, lésbicas e gays como pessoas doentes⁷. Por outro lado, pesquisas neurocientíficas buscam saber se há uma pré-disposição genética para ser hetero ou homossexual ou se a atração sexual por pessoas do sexo oposto ou do mesmo sexo é passível de ser construída apenas socialmente. Genética ou sociedade, não temos a resposta sobre qual o fator preponderante para a construção da sexualidade das pessoas. Mas, podemos afirmar: lésbicas e gays existem. E podemos falar sobre como se dá a relação entre os grupos de pessoas heteras e homossexuais nas sociedades atualmente. De uma coisa sabemos: essa relação é marcada por inúmeras violências, estruturadas no regime de violência denominado regime da heterossexualidade.

Apesar de avanços no campo das leis, da religião e da medicina, é fato que na maioria das cidades brasileiras, lésbicas que demonstram afeto em público correm risco de vida. Em consultórios de ginecologia, lésbicas são violentadas fisicamente durante exames de partes íntimas e verbalmente durante a consulta. Muitas lésbicas adolescentes são expulsas de casa, sem ter para onde ir. Lésbicas são violentadas psicologicamente em círculos de amizade, âmbito da família ou trabalho. Lésbicas que não seguem um padrão de corporeidade atribuído à feminilidade, são recusadas para empregos. Lésbicas idosas não casadas muitas vezes são abandonadas pela sociedade. Muitas jovens lésbicas são estupradas por homens da família, que afirmam que com a violência, irão curá-las. São punições patriarcais de mulheres que dizem não ao poder dos homens sobre seus corpos. É preciso que essa violência acabe. E para acabar, temos também que analisar a heterossexualidade.

O regime da heterossexualidade é definido pela imposição da heterossexualidade para todas as pessoas e pela punição de todas as pessoas que não aceitam essa imposição. A imposição da heterossexualidade ocorre em todos os âmbitos sociais e a nível individual, desde que cada pessoa nasce. Em nenhum momento no processo de educação de crianças ou da sociabilidade de jovens e adultos, é ensinado que existem

⁵ Maria Kristosch dos Santos e Eduardo Steindorf Saraiva “Entre bênção e maldição – percepções do âmbito religioso acerca da homossexualidade nos dias atuais” Jornada Psicologia Unisc 2017.

⁶ Entrevista com Maria das Dores Machado, pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).
<http://www.clam.org.br/busca/conteudo.asp?cod=4817>

⁷ “Foi só em 17 de maio de 1990, há 30 anos, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID)”. “Decisão não acabou com preconceito e discriminação, mas foi passo importante para a compreensão da homossexualidade como identidade sexual, que não necessita de cura” Edison Veiga, Deutsche Welle (DW), 17 de maio de 2020.
<https://www.dw.com/pt-br/h%C3%A1-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doen%C3%A7as/a-53447329>

tanto pessoas heterossexuais quanto pessoas homossexuais e que ambas as relações são aceitáveis e devem ser respeitadas. É difundido apenas o modelo heterossexual de relacionamento, onde, é importante lembrar, há um reforço patriarcal das diferenças de funções socialmente atribuídas às mulheres e aos homens nestes relacionamentos e na organização social como um todo. Meninos são ensinados a ocupar os espaços públicos, a decidir, a desenvolver a autoconfiança e a se projetar nos espaços, além de aprenderem que devem violar os corpos de mulheres. Meninas são ensinadas a não ser assertivas, ao contrário, a assertividade em meninas e mulheres é condenada. Mulheres são ensinadas que devem estar disponíveis o tempo todo, seja para trabalho doméstico, trabalho de cuidados ou até mesmo para relações sexuais com homens. Há uma estrutura social que prevê os locais onde homens e mulheres devem estar e como agir. Dentro dessa expectativa social, mulheres devem estabelecer relações de afeto e sexuais com homens e não com mulheres. A estrutura heterossexual e patriarcal desaprova a existência de mulheres lésbicas e as pune de várias formas por serem quem são.

É a partir dessa atual realidade de violência e tentativa de apagamento das mulheres lésbicas, ou seja, a tentativa de torná-las invisíveis em sociedade, que existe a importância de se falar sobre lésbicas. Precisamos falar, pois, o silêncio reforça a violência. Silenciar, neste caso, é também violentar. É preciso impulsionar a visibilidade social de mulheres lésbicas e também eliminar por completo a violência contra esse grupo de pessoas.

É preciso re-significar a figura da mulher lésbica no discurso social. Primeiro é preciso dizer quais são os horrores ditos sobre lésbicas. É preciso reconhecer o horror para entendermos que este não pode ter espaço. A sociedade diz “lésbicas querem ser homens”, pois, tão imersa está na mente e na materialidade heterossexual, que não consegue conceber a realidade fora desses parâmetros. Quando a sociedade vê que uma mulher direciona seus afetos para outra mulher, pensa “essa mulher deve ser um homem, substituta do homem que ali deveria estar”. Porém, este pensamento é paradoxal, pois, esta mulher que pensam querer ser homem, não poderia se apaixonar por outra mulher que também pensam querer ser homem, pois, dessa forma elas formariam um casal homossexual e isso novamente abalaria a interpretação heterossexual sobre a sociedade. Logo, conclui a sociedade, na relação lésbica, deve haver uma mulher que cumpre o papel social da mulher e outra, o papel social do homem, dessa forma, há uma substituição interpretativa satisfatória e a sociedade se tranquiliza, pois, classifica essa relação a partir dos parâmetros da heterossexualidade. Mulheres lésbicas cumprindo o papel social de homens na sociedade, para que sejam aceitas, são de fato encontradas em exemplos pela história. Porém, obviamente que essa duas mulheres, que são mulheres, continuarão sofrendo as violências machistas direcionadas às mulheres e as violências lesbofóbicas direcionadas a lésbicas. Mulheres lésbicas não são e nem querem ser homens.

As sociedades também já afirmaram ou continuam a afirmar que mulheres lésbicas são mulheres doentes, pois, consideram que o caminho natural é o da heterossexualidade. Seja através de religiões ou de áreas da medicina, pessoas heterossexuais muitas vezes

classificam mulheres lésbicas como desviantes do caminho correto. Muitas já foram internadas à força em hospitais psiquiátricos, medicalizadas, dopadas e torturadas com eletro choque. Outras tantas foram forçadas a morar em conventos e se tornar freiras.

Outra forma violenta através da qual o discurso social se refere à lésbica é através de uma perspectiva fetichizada e sexualizada por homens, muitas vezes com essas idéias sendo inseridas na pornografia, um contexto de violência contra as mulheres.

A partir de todas essas violências no nível da interpretação coletiva e validada, o ponto de vista da mulher lésbica sobre a realidade, é apagado. Quando não se reconhece a lésbica enquanto sujeita política, mas, apenas enquanto objeto de ódio, indiferença e exploração, não se reconhece sua perspectiva e suas idéias sobre o mundo e as coisas. Tanto existência quanto perspectiva vão sendo apagadas. Mulheres lésbicas vão sendo apagadas enquanto pessoas.

É preciso então parar de classificar mulheres lésbicas de forma pejorativa. Mulheres lésbicas não querem ser homens. Mulheres lésbicas não estão doentes. Mulheres lésbicas não existem enquanto objetos sexuais para os homens.

A partir do impulso para a visibilidade, podemos ouvir as idéias e teorias produzidas por mulheres lésbicas e entender que a vida coletiva está sendo também construída por pessoas não heterossexuais. A perspectiva lésbica trás inclusive consigo a crítica à realidade heterossexual, realidade esta pautada na exploração dos corpos de mulheres. Teorias e vivências lésbicas trazem para o debate a priorização de mulheres nas relações de afeto, amizade, construção política, trabalho.

A partir dessa superação de idéias, podemos então simplesmente conviver com mulheres lésbicas nos espaços coletivos sem que haja violência. Podemos promover uma vida social onde nenhuma pessoa seja violentada. Não há liberdade enquanto existe violência, não há democracia enquanto existe violência. Tornar pessoas visíveis no âmbito coletivo é entendê-las enquanto possuidoras de direitos, enquanto produtoras de sentido e de propostas.

Como um passo em direção à visibilização de mulheres lésbicas, convido à todas e todos a visitar a compilação de eventos realizados em agosto – o Mês da Visibilidade Lésbica no Brasil – de 2020, em formato online. São centenas de lésbicas brasileiras falando sobre lesbianidades e vários outros assuntos. Um banco de dados com referências de mulheres lésbicas nas mais variadas áreas profissionais, debatendo e propondo idéias para o coletivo. Referências para pesquisar, consultar, convidar para projetos: <http://www.palavraemeia.com/visibilidade-lesbica/eventos-online-da-visibilidade-lesbica-em-2020-pelo-brasil/>

Falar sobre Visibilidade Lésbica é partir de dois lugares iniciais: primeiro, é preciso falar sobre a violência cometida contra mulheres lésbicas e eliminar essa violência; segundo, é necessário impulsionar as mulheres lésbicas enquanto sujeitas políticas na sociedade, ou seja, enquanto construtoras de sentido, ideias e propostas para o coletivo.

Divulgue, comente, debata as ideias e projetos de mulheres lésbicas.

Daniela Alvares Beskow

24 de agosto de 2020

Como citar esse ensaio:

Beskow, Daniela Alvares. Visibilizar as mulheres lésbicas: eliminar a violência e impulsionar lésbicas enquanto sujeitas políticas. **Palavra e Meia**, Agosto 2020. Ensaios.

Disponível em: <<http://www.palavraemeia.com/ensaios/>> Acesso em: [inserir data].